



MUNICÍPIO DE TOLEDO

Estado do Paraná

MENSAGEM Nº 80, de 1º de julho de 2015

**SENHOR PRESIDENTE,
SENHORA VEREADORA,
SENHORES VEREADORES:**

O plano de governo de nossa administração contempla para a área social, dentre outras metas, o desenvolvimento de programas habitacionais para a construção de moradias para o maior número possível de famílias, objetivando a diminuição do déficit habitacional ainda verificado em nosso Município.

Para implementar as políticas na área da habitação popular em Toledo, o Município fez nova adesão ao Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), visando à execução de mais dois conjuntos habitacionais, sendo um no Loteamento Residencial “Nascer do Sol”, com previsão de 104 (cento e quatro) unidades, e outro no bairro São Francisco, em sistema de condomínio de blocos, com previsão de 208 (duzentos e oito) apartamentos.

Com relação ao Loteamento Residencial “Nascer do Sol”, editou-se a Lei “R” nº 39, de 20 de maio de 2015, autorizando o Município a proceder à desafetação e a efetuar a venda de bens imóveis de sua propriedade aos beneficiários a serem selecionados para a aquisição das respectivas unidades.

Constou naquela Lei que o conjunto habitacional em questão seria viabilizado com recursos do Programa Carta de Crédito FGTS e Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) – Recursos do FGTS, representado pela Caixa Econômica Federal (CEF), e em convênio com a COHAPAR.

Após o encaminhamento da documentação à Caixa Econômica Federal, no entanto, esta informou que o empreendimento acima referido será executado com recursos dos Programas antes mencionados, pela Caixa Econômica, sem a participação da COHAPAR, informação esta confirmada pelo e-mail anexo (NJ REJURCV 00488/2015), de 22 de junho de 2015.

Em vista disso, faz-se necessária a alteração da ementa e dos artigos 1º e 3º da Lei “R” nº 39/2015, para deles excluir a expressão “a ser executado em convênio com a COHAPAR”.



MUNICÍPIO DE TOLEDO

Estado do Paraná

Submetemos, pois, à análise desse Legislativo a inclusa proposição que **“altera a legislação que procede à desafetação e autoriza a venda de bens imóveis de propriedade do Município de Toledo, situados no Loteamento Residencial *Nascer do Sol*, aos beneficiários do Programa Carta de Crédito FGTS e Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) – Recursos do FGTS”**.

Informamos aos nobres Vereadores que os técnicos da Secretaria de Habitação e Urbanismo do Município estão à sua disposição para a prestação de informações ou esclarecimentos adicionais que eventualmente se fizerem necessários sobre a matéria.

Respeitosamente,

LUIS ADALBERTO BETO LUNITTI PAGNUSSATT

Prefeito do Município de Toledo

Excelentíssimo Senhor
ADEMAR DORFSCHMIDT
Presidente da Câmara Municipal de
Toledo – Paraná



MUNICÍPIO DE TOLEDO

Estado do Paraná

PROJETO DE LEI

Altera a legislação que procede à desafetação e autoriza a venda de bens imóveis de propriedade do Município de Toledo, situados no Loteamento Residencial “Nascer do Sol”, aos beneficiários do Programa Carta de Crédito FGTS e Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) – Recursos do FGTS.

O POVO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou e o Prefeito Municipal, em seu nome, sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º – Esta Lei altera a legislação que procede à desafetação e autoriza a venda de bens imóveis de propriedade do Município de Toledo, situados no Loteamento Residencial “Nascer do Sol”, aos beneficiários do Programa Carta de Crédito FGTS e Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) – Recursos do FGTS.

Art. 2º – A Lei “R” nº 39, de 20 de maio de 2015, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 1º** – Esta Lei procede à desafetação e autoriza a venda de bens imóveis de propriedade do Município de Toledo, situados no Loteamento Residencial “Nascer do Sol”, aos beneficiários do Programa Carta de Crédito FGTS e Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) – Recursos do FGTS.

...

Art. 3º – Fica, também, o Município de Toledo autorizado a proceder à venda dos imóveis descritos nos incisos do artigo anterior aos futuros beneficiários do Programa Carta de Crédito FGTS e do Programa Nacional de Habitação popular integrante do Programa “Minha Casa Minha Vida” (PMCMV), na forma da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, e da Lei nº 12.424, de 16 de junho de 2011.

...”

Parágrafo único – Em virtude das alterações mencionadas no **caput** deste artigo, a ementa da Lei “R” nº 39, de 20 de maio de 2015, passa a ser: “Procede à desafetação e autoriza a venda de bens imóveis de propriedade do Município de Toledo, situados no Loteamento Residencial *Nascer do Sol*, aos beneficiários do Programa Carta de Crédito FGTS e Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) – Recursos do FGTS.”

Art. 3º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO, Estado do Paraná, em 1º de julho de 2015.



LUIS ADALBERTO BETO LUNITTI PAGNUSSATT
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

Marcelo Peres de Peres

Assunto:

ENC: #CONFIDENCIAL 10 - Empregados Caixa - Consulta Concluída - Portal Jurídico - Nº: JU0000000170799

De: rejurcv@caixa.gov.br [mailto:rejurcv@caixa.gov.br]

Enviada em: segunda-feira, 22 de junho de 2015 12:00

Para: Lucio Holzmann de Almeida

Cc: Zuleika Tatiana Silveira Baldin Pereira; Daniele Cristina das Neves; GIHABCV - GE Habitação Cascavel/PR; REJURCV - RE Jurídico Cascavel/PR

Assunto: #CONFIDENCIAL 10 - Empregados Caixa - Consulta Concluída - Portal Jurídico - Nº: JU0000000170799

Sr(a). Usuário(a),

1. Informamos que a consulta nº JU0000000170799 foi concluída e a resposta está disponível para consulta e avaliação por meio de preenchimento da pesquisa ao final da página no Portal Jurídico.

2. **Respostas aos questionamentos:**

Resposta de Daniele Cristina Das Neves (C082757) em 22/06/2015 11:59:56

#CONFIDENCIAL 10 - Empregados Caixa

NJ REJURCV 00488/2015

Prezados Senhores

1. Em análise da Lei "R" 39, de 20 de maio de 2015 e, conforme informado via contato telefônico, devem ser retificados os arts. 1.º e 3.º, no tocante à participação da COHAPAR.

2. Essa GIHAB/CV deve efetuar a conferência dos lotes discriminados no art. 2.º da lei.

3. Por fim, o parágrafo único do art. 3º deve ser detidamente analisado por essa unidade, haja vista que dispõe que a venda dos imóveis dar-se-á pelo preço da respectiva avaliação efetuada por Comissão designada pelo Chefe do Executivo Municipal.

Att

Daniele Cristina das Neves

Advogada REJUR/CV

OAB/PR 33.225

3. **Grupo: PMCMV e PAC e PAR Assunto: PMCMV - Faixa II ou III (FGTS)**

4. **Agradecemos pela atenção e registramos que a sua opinião é essencial para qualificação do atendimento prestado pela área jurídica.**

Este e-mail foi gerado automaticamente pelo portal jurídico, favor não responder.